

ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

Analista Legislativo-
Administração

EDITAL N° 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: SL-012NV-25
7908433285946

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo)	11
2. Interpretação e organização interna	18
3. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	19
4. Emprego de tempos e modos dos verbos em português. mecanismos de flexão dos nomes e verbos	24
5. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	27
6. Processos de formação de palavras	35
7. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	40
8. Concordância nominal e verbal	45
9. Transitividade e regência de nomes e verbos	48
10. Padrões gerais de colocação pronominal no português	52
11. Mecanismos de coesão textual	53
12. Ortografia	58
13. Acentuação gráfica	63
14. Emprego do sinal indicativo de crase	67
15. Pontuação	69
16. Estilística: figuras de linguagem	76
17. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	78
18. Variação linguística: norma padrão	82

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Lógica: proposições, valor-verdade , negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas	87
2. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	93
3. Diagramas lógicos	95
4. Tabelas e gráficos	96
5. Conjuntos e suas operações	102
6. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	105
7. Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume	116
8. Representação de pontos no plano cartesiano	119
9. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	120
10. Proporcionalidade direta e inversa	123
11. Porcentagem	124
12. Juros	126
13. Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	128
14. Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área	130
15. Princípios de contagem	136
16. Noções de probabilidade	140

História de Rondônia

1. As bases da ocupação colonial da Amazônia	147
2. As políticas do Estado português para as regiões dos vales do Guaporé e Madeira	152
3. A questão das fronteiras entre América Portuguesa e o império hispânico e a criação da Capitania de Mato Grosso.....	157
4. A economia colonial nos vales do Guaporé e Madeira: mineração, drogas do sertão, o escravismo, o contrabando e as rotas fluviais.....	162
5. Colonização e povoamento no vale do Madeira e do Guaporé nos séculos XIX e XX.....	167
6. O advento da exploração seringueira e a questão das fronteiras	171
7. As diversas etapas da construção da Ferrovia Madeira Mamoré	176
8. A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas	181
9. A criação dos Territórios Federais do Guaporé e de Rondônia	185
10. Os novos surtos de povoamento e a ampliação do extrativismo mineral	190
11. A implantação do Estado de Rondônia. Os projetos de colonização estatais e privados.....	194
12. A instalação da rodovia federal BR-364	198

Geografia de Rondônia

1. Povoamento e ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé.....	205
2. Colonização ibérica na região	206
3. A colonização portuguesa no Vale do Guaporé	207
4. Os séculos XIX e XX e a exploração da borracha, poia e castanha	208
5. A construção da EFMM e da Linha Telegráfica.....	209
6. Território Federal do Guaporé/Rondônia.....	210
7. A Rodovia BR-364 e os garimpos	211
8. A ocupação recente da Amazônia e Rondônia: a colonização agropastoril	212
9. O Estado de Rondônia, da criação às questões atuais	213
10. O ambiente amazônico, as estruturas físicas e ambientais da região.....	214
11. O Estado de Rondônia: componentes do meio físico e ambiental	215
12. Populações e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; populações tradicionais	216
13. As divisões regionais	217
14. Produção econômica regional	219
15. As questões socioambientais.....	220
16. História do Poder Legislativo de Rondônia	221

Conhecimentos Específicos

Analista Legislativo - Administração

1. Administração - evolução histórica do pensamento administrativo: administração científica, teoria clássica, escola de relações humanas, abordagem comportamentalista, teoria da burocracia, teoria de sistemas e abordagem contingencial. conceitos e princípios fundamentais em administração.....	225
2. Habilidades do administrador.....	232
3. Processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle.....	237
4. Gestão da qualidade.....	246
5. Administração de material. administração e controle de estoques. movimentação e armazenagem de materiais. logística e cadeia de suprimento. gestão do patrimônio.....	248
6. A função compras.....	270
7. Processo decisório.....	271
8. Administração estratégica. planejamento estratégico: visão, missão e análise swot. planejamento tático. planejamento operacional.....	272
9. Gestão de projetos: elaboração, análise e avaliação de projetos. análise econômico-financeira de projetos. gerência de execução de projetos.....	275
10. Análise competitiva e estratégias genéricas. estratégia. formação, implementação e avaliação de estratégias empresariais e corporativas. mudança estratégica. estratégias genéricas. cadeia de valor. competências centrais. visão baseada em recursos. redes e alianças.....	276
11. Balanced scorecard.....	277
12. Processo decisório.....	278
13. Dinâmica das organizações. a organização como um sistema social.....	278
14. Cultura organizacional.....	279
15. Motivação e liderança.....	283
16. Organização, sistemas e métodos. estrutura organizacional.....	289
17. Centralização/descentralização.....	289
18. Desenho organizacional.....	289
19. Estrutura baseada em processos.....	290
20. Qualidade total. técnicas de qualidade total.....	290
21. Comunicação interpessoal e intergrupal.....	291
22. Administração pública - estado, origens e funções. estado, governo e administração pública. princípios da administração pública.....	292
23. Os três poderes e a teoria da separação harmônica.....	295
24. Estados nacionais e suas formas.....	299
25. Evolução da administração pública: do weberianismo à nova gestão pública.....	303
26. Atos administrativos.....	307
27. Responsabilidade fiscal. lei de responsabilidade fiscal (lei complementar nº 101/00): disposições preliminares, execução orçamentária, cumprimento das metas, transparência, controle e fiscalização.....	319
28. Licitação (lei nº 8.666/93: conceito, natureza jurídica, princípios, modalidades, procedimento, dispensa e inexigibilidade).....	336
29. Lei do pregão (lei nº 10.520/02 e suas alterações).....	337
30. A estrutura do aparelho público brasileiro: administração direta e indireta. centralização e descentralização na administração pública.....	337
31. E-govern.....	341

ÍNDICE

32. Inovações introduzidas pela constituição de 1988. agências executivas. serviços essencialmente públicos e serviços de utilidade pública. delegação de serviços públicos a terceiros. agências reguladoras. convênios e consórcios	341
33. Planejamento, diretrizes e orçamentos públicos	347
34. Planejamento estratégico na administração pública. reforma do estado.....	348
35. Gerencialismo e controle social	348
36. Parcerias público-privado	349
37. Democracia, poliarquia e cidadania.....	349
38. Terceiro setor e gestão pública	354
39. Gestão pública democrática.....	354
40. Marketing público	360
41. Políticas públicas - estado, sociedade e políticas públicas.....	364
42. Estado e capitalismo. desigualdade e políticas sociais	364
43. Participação social e cidadania	365
44. Políticas de desenvolvimento. transformações mundiais e relações internacionais	365
45. Políticas públicas e a constituição de 1988	366
46. Tipologia das políticas públicas.....	367
47. Formulação de políticas públicas	367
48. Formação da agenda de decisão.....	368
49. Desempenho das instituições públicas	368
50. Avaliação de políticas e programas sociais	369
51. Accountability	369
52. Papel do empreendedor de políticas públicas	371
53. Gestão governamental - administração da qualidade e gestão por processos: fundamentos da gestão por processo. gestão funcional e gestão por processos: vantagens comparativas. pessoas: alocação, comando, autonomia, capacitação e desempenho. tecnologia da informação na gestão por processo. linguagem da gestão por processo. acompanhamento e controle de processos. cultura organizacional para a gestão por processo. o ciclo do planejamento (pdca). gerenciamento pelas diretrizes (gpd) – principais conceitos, aplicações, diretriz, objetivos, meta, ação. análise e melhoria de processos	375
54. Ferramentas de análise organizacional (diagrama de ishikawa, diagrama de pareto, histograma, estratificação, diagramas de dispersão, diagrama de árvore)	377
55. Gestão para resultados - a organização e suas dimensões estruturais e dinâmicas	378
56. Os estudos de estratégia e seu impacto nas organizações contemporâneas	379
57. Coordenação: necessidade, problemas, métodos	380
58. Comunicação organizacional habilidades e elementos da comunicação.....	383
59. Comportamento humano nas organizações	389
60. Teorias de motivação	389
61. Desempenho.....	390
62. Liderança. natureza da liderança. estilos de liderança e situações de trabalho	394
63. Decisão. a organização e o processo decisório. o processo racional de solução de problemas. fatores que afetam a decisão. tipos de decisões	394
64. Mudança organizacional: forças internas e externas. processo de mudança: o papel do agente e métodos de mudança	394
65. Organizações como comunidades de conhecimento.....	398
66. Gestão do conhecimento	399
67. Gestão de pessoas por competências.....	400

68. Gestão de projetos - conceitos de gerenciamento de projetos. ciclo de vida de um projeto. noções gerais do pmbok. áreas de gerenciamento de projetos. conceitos e funções de ferramentas de auxílio de gerência de projetos: pert, com e diagrama de gantt	401
69. Administração estratégica - balanced scorecard (bsc): principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas	405
70. Referencial estratégico das organizações	408
71. Análise de ambiente interno e externo	412

Material Digital

Noções de Informática

1. Arquitetura básica de computadores: hardware, componentes e funções; unidade central de processamento; memória RAM, cache e tipos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: teclado, mouse, monitor, impressoras, scanner, discos rígidos, SSDs, pendrives, discos ópticos, conectores e portas de comunicação.....	3
2. Armazenamento em nuvem	7
3. Windows 10/11: conceitos básicos de software e sistema operacional; programas e utilitários, ambiente gráfico, área de trabalho, janelas, ícones, atalhos de teclado, pastas, tipos de arquivos, criação, cópia, exclusão e restauração de arquivos. figuras e imagens (formatos e uso)	7
4. MS Office 2021 e Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Teams): conceitos, características, principais funcionalidades, ícones, atalhos de teclado, criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, inserção de gráficos e tabelas, compartilhamento e uso de recursos na nuvem.....	32
5. Google Workspace (Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive, Meet e Agenda): conceitos, características, funcionalidades, colaboração em tempo real e armazenamento online.....	58
6. Internet: conceitos e características; navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox); mecanismos de busca; downloads e uploads.....	62
7. Correio eletrônico (e-mail): conceitos, características, funcionalidades e boas práticas de uso seguro	67
8. Segurança digital: noções de antivírus, autenticação, senhas seguras, golpes virtuais (phishing)	70

História de Rondônia

1. Constituição Estadual: Título I – Da Organização do Estado: Disposições Preliminares, Da Competência do Estado e da Administração Pública; Título II – Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo.....	83
2. Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 e suas alterações.....	96
3. Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	136
4. Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais: Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992 e suas alterações	137
5. Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 e suas alterações	159
6. Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei do Processo Administrativo Estadual: Lei Ordinária nº 3.830, de 27 de junho de 2016, e suas alterações.....	160
7. Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações: âmbito de aplicação da lei, princípios, definições e agentes públicos	161
8. Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e suas alterações.....	235

ÍNDICE

9. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações.....	237
10. Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações	254

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO)

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.

- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

- **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

- **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

- **Exemplos de gêneros textuais expositivos:** enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

▪ **Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos:** artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

► Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

▪ **Exemplos de gêneros textuais narrativos:** contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS TEXTUAIS E A FUNÇÃO COMUNICATIVA

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

► Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

- **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.
- **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.
- **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.
- **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.
- **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.

▪ **Exemplo prático:** “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

- **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.
- **Frases curtas e objetivas:** O texto é conciso e vai direto ao ponto, facilitando a compreensão do leitor.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES, VALOR-VERDADE, NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** "Quando será a prova?"

- **Frases exclamativas:** "Que maravilhoso!"
- **Frases imperativas:** "Desligue a televisão."
- **Frases sem sentido lógico:** "Esta frase é falsa."

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** " $2 + 2 = 4$ "
- **Sentença fechada e falsa:** "O Brasil é uma ilha"

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- **p:** "João é engenheiro."
- **q:** "Maria é professora."

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: "João é engenheiro e Maria é professora."

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ **"O céu é azul."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **"Quantos anos você tem?"** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ **"João é alto."** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ **"Seja bem-vindo!"** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ **" $2 + 2 = 4$."** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ **"Ele é muito bom."** – Sentença aberta (não se sabe quem é "ele" e o que significa "bom").

▪ **"Choveu ontem."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

AMOSTRA

- “Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- “Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
 - (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
 - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
 - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
 - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$

HISTÓRIA DE RONDÔNIA

AS BASES DA OCUPAÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA

AS MOTIVAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A colonização da Amazônia pelos portugueses no período colonial não ocorreu por acaso ou de maneira espontânea. Ao contrário, foi resultado de uma série de fatores estratégicos, econômicos, políticos e religiosos que se intensificaram principalmente a partir do século XVII.

A ocupação dessa região foi marcada por interesses tanto do Estado português quanto da Coroa espanhola, além da ação de grupos religiosos, como os jesuítas, e de ameaças estrangeiras, principalmente de holandeses, ingleses e franceses.

► Defesa territorial e geopolítica

Um dos principais motivos da presença portuguesa na Amazônia foi a necessidade de defender e consolidar o território colonial frente às invasões estrangeiras. No século XVII, holandeses, franceses e ingleses estavam ativos na costa norte da América do Sul, buscando estabelecer feitorias, pontos de comércio e até mesmo colônias.

Apesar do Tratado de Tordesilhas (1494) ter estabelecido uma divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, a delimitação exata do território era incerta, e a região amazônica se encontrava em uma zona de disputa. Com o tempo, Portugal passou a considerar a ocupação da Amazônia como essencial para garantir a soberania sobre essa área, estendendo o domínio além da linha de Tordesilhas, o que mais tarde seria legitimado com o Tratado de Madri (1750).

Nesse contexto, a fundação de fortes, como o Forte do Presépio (atual Belém, fundado em 1616), foi uma medida estratégica para marcar presença portuguesa e repelir invasores estrangeiros.

► Interesse econômico e exploração de recursos naturais

Outro fator fundamental foi o interesse nos recursos naturais da Amazônia. A região era vista como uma fonte inesgotável de riquezas, especialmente pelas drogas do sertão – nome dado a produtos extraídos da floresta, como cacau, urucum, salsaparrilha, baunilha, cravo-do-maranhão, castanha, entre outros.

Esses produtos tinham alto valor no mercado europeu e passaram a integrar o sistema econômico colonial. A extração das drogas do sertão foi realizada, em grande parte, com mão de obra indígena, sob o controle dos religiosos ou das autoridades coloniais, sendo um dos primeiros grandes ciclos econômicos da Amazônia.

Além disso, havia interesse em metais preciosos, embora a mineração nunca tenha se desenvolvido de forma intensa na região amazônica como ocorreu em Minas Gerais.

► Expansão religiosa e catequese indígena

A missão evangelizadora da Igreja Católica também foi um componente essencial da colonização. A Companhia de Jesus, por meio dos missionários jesuítas, teve papel fundamental na ocupação da Amazônia. Eles fundaram aldeamentos (missões) ao longo dos rios, com o objetivo de catequizar os indígenas e incorporá-los à lógica da colonização europeia.

Essa ação era, ao mesmo tempo, religiosa e política. Os missionários garantiam a presença portuguesa no interior da floresta, fixavam populações indígenas e estabeleciam laços culturais e administrativos com o poder colonial. A Igreja tinha o apoio da Coroa portuguesa, que via na catequese uma forma de controlar os povos originários e expandir o domínio cristão sobre novas terras.

► Consolidação da política de ocupação do território interior

Durante os séculos XVII e XVIII, o Reino de Portugal adotou uma política de interiorização da ocupação do território brasileiro. A Amazônia, por suas dimensões e dificuldades naturais, estava até então afastada dos centros coloniais mais ativos, como o litoral nordestino e sudeste.

A presença portuguesa no interior da floresta era uma forma de consolidar o controle do império colonial. Para isso, além das missões, foram utilizados os rios como vias de penetração – o que explica a criação de povoados e fortes ao longo das principais bacias hidrográficas, como o rio Amazonas, o Madeira e o Tapajós.

A expansão territorial também era favorecida pela atuação dos bandeirantes, que, mesmo sendo mais ativos no centro-sul do Brasil, chegaram a atuar em áreas amazônicas em busca de riquezas e indígenas.

► Pressão demográfica e busca por novas oportunidades

Com o crescimento da população colonial em outras regiões, alguns grupos passaram a migrar para áreas ainda pouco exploradas, como a Amazônia, em busca de terras e novas oportunidades econômicas. Essa movimentação foi incentivada pela Coroa portuguesa, que desejava consolidar sua presença e explorar as potencialidades da região.

Essa pressão demográfica também se relaciona com a busca por terras para o cultivo agrícola e para a criação de gado, ainda que essas atividades fossem secundárias em relação à coleta de produtos florestais.

A ocupação da Amazônia, portanto, foi resultado de um conjunto de estratégias políticas, econômicas e religiosas que visavam garantir o domínio português sobre uma região de grande importância estratégica, apesar das dificuldades logísticas e naturais enfrentadas pelos colonizadores.

OS MECANISMOS DE OCUPAÇÃO E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A ocupação da Amazônia durante o período colonial português não se deu de maneira uniforme ou imediata. Foi um processo gradual, que combinou interesses econômicos, religiosos e políticos, e exigiu a criação de mecanismos próprios para garantir a posse e o controle da região, especialmente por causa das características geográficas desafiadoras e da resistência de grupos indígenas.

► A fundação de fortes e povoações

Um dos primeiros e mais importantes mecanismos de ocupação foi a construção de fortes militares em pontos estratégicos, geralmente próximos à foz de grandes rios. Esses fortes funcionavam como postos de vigilância, defesa e organização administrativa. Serviam também como base para a fundação de povoações permanentes.

O principal exemplo disso é o Forte do Presépio, fundado em 1616 na região onde hoje está Belém do Pará. A partir dele, os portugueses iniciaram uma ocupação mais efetiva da região amazônica, controlando a entrada do rio Amazonas e impedindo a ação de estrangeiros, especialmente os holandeses e franceses.

Outros fortes importantes foram criados ao longo dos rios Tocantins, Madeira e Solimões, contribuindo para a fixação da presença lusa no interior.

► O papel dos rios como vias de penetração e ocupação

Diferente de outras regiões do Brasil, onde a ocupação se deu a partir do litoral, a Amazônia exigiu uma lógica diferente: a ocupação se organizou a partir dos rios. Esses cursos d'água eram as principais "estradas" da época, permitindo o deslocamento de tropas, missionários, comerciantes e colonos.

As margens dos rios tornaram-se locais privilegiados para a fundação de aldeias, missões religiosas e pontos de extração de recursos. A própria cidade de Manaus nasceu dessa lógica fluvial, tendo origem em um forte construído na confluência de rios importantes.

O domínio dos rios era, portanto, essencial para o controle territorial. Quem dominava os rios, dominava o fluxo de pessoas, mercadorias e informações.

► Missões religiosas e aldeamentos indígenas

A atuação dos missionários, especialmente os jesuítas, foi um dos principais instrumentos de ocupação territorial. As missões tinham duplo papel: catequético e colonizador. Ao reunir os indígenas em aldeamentos (também chamados de "reduções"), os religiosos os submetiam a um novo modo de vida, baseado na agricultura, na religião católica e no trabalho comunitário.

Essas missões, embora apresentadas como espaços de proteção indígena, eram também formas de controle populacional. Os povos originários eram retirados de seus territórios tradicionais, reorganizados em novos padrões de moradia e inseridos na lógica da colonização.

Outras ordens religiosas também atuaram na região, como os franciscanos e mercedários, mas os jesuítas foram os mais influentes, com presença marcante nos séculos XVII e XVIII.

► Expedições de exploração e reconhecimento territorial

As chamadas "entradas" e "expedições" foram instrumentos utilizados para explorar, reconhecer e mapear a região. Essas viagens eram realizadas por militares, religiosos ou bandeirantes, com o objetivo de identificar riquezas naturais, estabelecer contato com tribos indígenas e verificar pontos estratégicos para a construção de novos fortes e missões.

Um exemplo importante foi a expedição de Pedro Teixeira, em 1637, que subiu o rio Amazonas até o atual território do Equador e depois retornou. Essa jornada foi importante para reforçar a ocupação portuguesa na bacia amazônica, demonstrando a viabilidade da navegação e a extensão da presença lusa.

Essas incursões também ajudaram a criar rotas comerciais e fortalecer o controle sobre a região.

► Distribuição de sesmarias e organização administrativa

Outro mecanismo utilizado pela Coroa portuguesa foi a concessão de sesmarias – grandes lotes de terra doados a colonos para promover a produção agrícola e o povoamento. Apesar das dificuldades do terreno amazônico para a agricultura de grande escala, essas concessões foram feitas com o objetivo de fixar a população e estimular a colonização.

Com o tempo, a região amazônica foi sendo incorporada a estruturas administrativas mais complexas. A criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, com sede em Belém, foi um marco na organização da Amazônia como parte integrante do império colonial português.

Esse Estado tinha certa autonomia administrativa em relação ao centro-sul do Brasil, sendo responsável por controlar uma vasta porção da Amazônia, com aparato militar, fiscal e jurídico próprio.

► A atuação militar e o uso da força

O uso da força foi uma constante no processo de ocupação. Em muitos casos, os portugueses enfrentaram forte resistência dos povos indígenas, que se opunham à perda de suas terras e à imposição da cultura europeia.

Para garantir o domínio, o poder colonial recorreu frequentemente à violência, com campanhas militares, destruição de aldeias e aprisionamento de indígenas. As tropas coloniais atuavam tanto na repressão quanto na proteção dos interesses lusitanos.

Além disso, o recrutamento de indígenas aliados (conhecidos como "índios amigos") era uma prática comum. Esses grupos eram utilizados para combater outras tribos, atuar como guias ou ajudar na construção de fortes e povoações.

A combinação desses mecanismos permitiu aos portugueses estabelecer e manter sua presença na Amazônia, mesmo diante das dificuldades naturais e da complexidade cultural da região. A ocupação se deu de forma lenta, porém persistente, moldando as bases do que viria a se tornar o território amazônico brasileiro.

GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DOS VALES DO MADEIRA, MAMORÉ E GUAPORÉ

A IMPORTÂNCIA DOS VALES FLUVIAIS PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, teve sua conformação territorial marcada por ciclos econômicos, pela geopolítica da fronteira e por fluxos migratórios que se adensaram a partir do século XIX. Os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenharam papel essencial nesse processo, não apenas por sua importância geográfica como eixos naturais de circulação, mas também por influenciarem diretamente nas formas de povoamento e ocupação humana. Esta análise pretende discutir como esses rios estruturaram o território rondoniense, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Esses vales foram palco de transformações profundas, desde os tempos das missões religiosas e explorações portuguesas e espanholas até os ciclos econômicos da borracha e os projetos de integração nacional, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e os programas de colonização federal nas décadas de 1970 e 1980. Para compreender a dinâmica atual de Rondônia, é imprescindível estudar como esses rios moldaram os assentamentos humanos e definiram estratégias de ocupação territorial.

PRIMEIROS CONTATOS E MISSÕES RELIGIOSAS: A PRESENÇA LUSO-ESPANHOLA NO SÉCULO XVIII

O início do povoamento dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé está diretamente ligado à presença das Coroas ibéricas na região amazônica. A partir do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), intensificaram-se as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A linha do rio Guaporé passou a ser entendida como limite natural entre os domínios portugueses (ao norte e leste) e espanhóis (ao sul e oeste).

Nesse contexto, foram criadas missões jesuíticas e aldeamentos indígenas, com o intuito de consolidar a ocupação e catequese das populações locais. Um exemplo marcante é a Fundação de Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do Guaporé, como estratégia militar portuguesa para garantir a soberania do território.

Pontos-chave:

- A ocupação era esparsa e voltada à manutenção de uma presença simbólica e estratégica na região.
- Os rios eram os principais meios de transporte e comunicação, o que os tornava corredores logísticos e culturais.

- As populações indígenas resistiram a essas ocupações, mas também foram integradas de forma forçada em muitos contextos.

CICLO DA BORRACHA E A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX – INÍCIO DO SÉCULO XX)

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia, houve uma mudança significativa no perfil de ocupação dos vales fluviais. Os rios Madeira e Mamoré tornaram-se fundamentais para o escoamento da borracha extraída nas áreas interiores de Rondônia e da Bolívia. Nesse contexto, destaca-se a tentativa de superar os obstáculos naturais (como as corredeiras do Madeira) com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), iniciada em 1907 e concluída em 1912.

A EFMM ligava Porto Velho (às margens do Madeira) a Guajará-Mirim (no Mamoré), permitindo o transporte da produção gomífera até os portos brasileiros. A ferrovia foi um vetor fundamental de ocupação e urbanização da região:

- Estimulou a formação de vilas e núcleos urbanos ao longo do traçado.
- Atração de migrantes nordestinos, caribenhos e europeus para trabalhar na construção da estrada.
- Aumentou a presença institucional do Estado brasileiro na região.

No entanto, a decadência da borracha após a Primeira Guerra Mundial levou ao abandono de muitas dessas áreas, consolidando um ciclo de crescimento e retração marcado pela dependência de produtos de exportação.

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA (DÉCADAS DE 1960 A 1980)

Nas décadas de 1960 a 1980, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé passaram por uma nova fase de ocupação, desta vez impulsionada por políticas do governo militar que visavam integrar a Amazônia ao restante do território nacional. Programas como o Projeto POLONOROESTE (Política de Desenvolvimento da Região Norte-Oeste), financiado pelo Banco Mundial, promoveram a abertura de estradas (notadamente a BR-364) e a implantação de projetos de colonização agrícola.

Essa nova onda migratória transformou profundamente a paisagem regional:

- Colonos vindos principalmente do Sul e Sudeste do país passaram a ocupar áreas próximas aos rios.
- A terra foi distribuída por meio de projetos do INCRA, provocando conflitos fundiários com populações tradicionais e indígenas.
- A expansão da fronteira agrícola causou desmatamento e degradação ambiental nas áreas de planície dos vales.

Apesar das promessas de progresso, muitos desses projetos foram mal planejados, levando a problemas sociais e ambientais graves que ainda perduram na região.

Configuração Atual: Urbanização, Produção e Conflitos

Hoje, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé concentram algumas das cidades mais importantes de Rondônia, como Porto Velho, Guajará-Mirim e Costa Marques, e continuam desempenhando papel estratégico no estado. O rio Madeira, em especial, é uma via essencial para o transporte de cargas e para a produção de energia, com destaque para a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Entretanto, a ocupação desses vales continua gerando desafios significativos:

- Conflitos agrários com posseiros, grileiros, indígenas e ribeirinhos.
- Pressões ambientais decorrentes do garimpo ilegal, extração de madeira e expansão da pecuária.
- Dificuldades de infraestrutura e acesso a serviços públicos em muitas áreas ribeirinhas.

O desafio atual é conciliar desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, respeitando os modos de vida tradicionais e os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais.

COLONIZAÇÃO IBÉRICA NA REGIÃO

A FRONTEIRA IBERO-AMERICANA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A região hoje correspondente ao estado de Rondônia foi palco de um dos mais complexos processos de colonização da Amazônia ocidental, marcado pela presença das duas grandes potências ibéricas do período colonial: Portugal e Espanha. A colonização ibérica na região dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, ocorrida principalmente nos séculos XVII e XVIII, esteve vinculada a disputas territoriais, às estratégias missionárias e militares, e ao interesse crescente sobre os recursos naturais e a geopolítica amazônica.

Ao contrário de outras regiões do Brasil, cuja colonização portuguesa seguiu o litoral em direção ao interior, Rondônia foi alcançada por caminhos fluviais que vinham tanto do Peru (via Alto Madeira) quanto do interior da Bolívia (via Guaporé e Mamoré). Esse fator fez com que a presença espanhola fosse mais intensa inicialmente, sendo depois gradualmente substituída pela ocupação portuguesa, especialmente após o Tratado de Madri, em 1750.

O CONTEXTO DAS DISPUTAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA PELA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Durante o período colonial, a delimitação das fronteiras entre os domínios português e espanhol na América do Sul foi constantemente motivo de disputas. A região de Rondônia, por estar no meio de rotas fluviais que conectavam o interior do continente ao Atlântico, tornou-se estratégica para ambas as potências.

Os principais marcos desse período são:

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabelecia um meridiano imaginário como limite entre as terras de Portugal e Espanha, mas era vago em relação ao interior do continente.
- **Tratado de Madri (1750):** substituiu Tordesilhas, com base no princípio do uti possidetis, que legitimava a posse efetiva das terras. Isso favoreceu Portugal, que já tinha estabelecido diversos núcleos no interior amazônico.
- **Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Tratado de Badajós (1801):** reafirmaram e redefiniram parte das fronteiras coloniais, mantendo a área de Rondônia sob domínio português.

Durante esses períodos, a presença ibérica na região era sustentada principalmente por três frentes: a atuação de ordens religiosas (especialmente os jesuítas), as expedições militares e a fundação de fortes e vilas como forma de assegurar a soberania da Coroa.

A PRESENÇA ESPANHOLA: MISSÕES E EXPLORAÇÃO PELO OESTE AMAZÔNICO

A colonização espanhola na região dos vales do Mamoré e Guaporé esteve fortemente associada ao trabalho dos jesuítas espanhóis, que fundaram uma série de missões entre os séculos XVII e XVIII, especialmente com populações indígenas como os Chiquitanos e Mojos (ou Moxos), hoje presentes em território boliviano.

Essas missões tinham caráter duplo: religioso e colonizador. Buscavam:

- Catequizar os povos indígenas;
- Controlar o território frente ao avanço português;
- Estabelecer núcleos produtivos baseados na agricultura e no extrativismo.

As missões espanholas, muitas delas instaladas no Alto Guaporé, serviram também como antepostos comerciais e centros de disseminação da cultura europeia. A sua influência na região declinou com o avanço da presença portuguesa e o progressivo desmonte das missões pelos próprios colonizadores lusos, após os tratados que reconheceram a posse da região por Portugal.

A EXPANSÃO PORTUGUESA: FORTIFICAÇÕES E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A partir da segunda metade do século XVIII, com os tratados que asseguraram a posse portuguesa da região, houve um esforço deliberado da Coroa para consolidar sua presença no vale do Guaporé. A principal estratégia foi a fundação de estruturas militares e administrativas, das quais se destacam:

- Forte de Bragança (1769) – construído como posto avançado de defesa.
- Forte Príncipe da Beira (1776) – principal fortaleza militar portuguesa na região do Guaporé, localizada próxima à atual cidade de Costa Marques. Possuía arquitetura imponente, artilharia pesada e alojamentos para militares e civis.

Além da função defensiva, o Forte Príncipe da Beira serviu como núcleo de ocupação portuguesa, promovendo o deslocamento de famílias, escravizados e indígenas aldeados para seus arredores, dando origem aos primeiros povoados de caráter luso-brasileiro na região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO ADMINISTRATIVO: ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA, TEORIA CLÁSSICA, ESCOLA DE RELAÇÕES HUMANAS, ABORDAGEM COMPORTAMENTALISTA, TEORIA DA BUROCRACIA, TEORIA DE SISTEMAS E ABORDAGEM CONTINGENCIAL. CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EM ADMINISTRAÇÃO

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

1. Abordagem Clássica: que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

2. Abordagem Humanística: que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

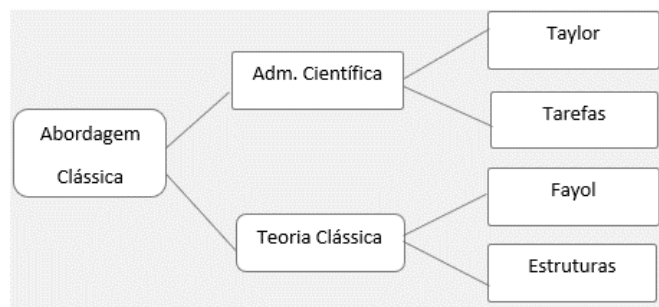
3. Abordagem Neoclássica: que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

4. Abordagem Estruturalista: que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

5. Abordagem Comportamental: que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

6. Abordagem Sistêmica: centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

7. Abordagem Contingencial: que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



Origem da Abordagem Clássica

1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:

- Ciência que substituiu o empirismo;
- Planejamento de produção e redução do improviso.

2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.

Abordagem Científica – ORT (Organização Racional do Trabalho)

- Estudo dos tempos e movimentos;
- Estudo da fadiga humana;
- Divisão do trabalho e especialização;
- Desenho de cargo e tarefas;
- Incentivos salariais e premiação de produção;
- Homo Economicus;
- Condições ambientais de trabalho;

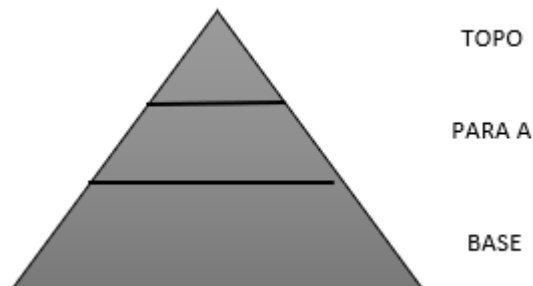
- Padronização;
- Supervisão funcional.

Aspectos da conclusão da Abordagem Científica: A percepção de que os coordenadores, gerentes e dirigentes deveriam se preocupar com o desenho da divisão das tarefas, e aos operários cabia única e exclusivamente a execução do trabalho, sem questionamentos, apenas execução da mão de obra.

- Comando e Controle: o gerente pensa e manda e os trabalhadores obedecem de acordo com o plano.
- Uma única maneira correta (the best way).
- Mão de obra e não recursos humanos.
- Segurança, não insegurança. As organizações davam a sensação de estabilidade dominando o mercado.

Teoria Clássica

- Aumento da eficiência melhorando a disposição dos órgãos componentes da empresa (departamentos);
- **Ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento);**
- Abordagem do topo para a base (nível estratégico tático);
- Do todo para as partes.



Diferente do processo neoclássico, na Teoria Clássica temos 5 (cinco) funções – POC3:

- Previsão ao invés de planejamento: Visualização do futuro e traçar programa de ação.
- Organização: Constituir a empresa dos recursos materiais e social.
- Comando: Dirigir e orientar pessoas.
- Coordenação: Ligação, união, harmonizar todos os esforços coletivamente.

Controle: Se certificar de que tudo está ocorrendo de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Princípios da Teoria Clássica:

- Dividir o trabalho;
- Autoridade e responsabilidade;
- Disciplina;
- Unidade de comando;
- Unidade de direção;
- Subordinação dos interesses individuais aos gerais;
- Remuneração do pessoal;
- Centralização;
- Cadeia escalar;
- Ordem;
- Equidade;
- Estabilidade do pessoal;
- Iniciativa;
- Espírito de equipe.